

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
LEANDRO BERTOLDI

A noção de tempo na Crítica da Razão Pura

NITERÓI
2017

LEANDRO BERTOLDI

A noção de tempo na Crítica da Razão Pura

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel
em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando José
Fagundes Ribeiro

NITERÓI

2017

B546 Bertoldi, Leandro.
A noção de tempo na Crítica da Razão Pura / Leandro Bertoldi.
2017.
35 f.
Orientador: Fernando José Fagundes Ribeiro.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade
Federal Fluminense. Departamento de Filosofia, 2017.
Bibliografia: f. 25.

1. Kant, Immanuel, 1724-1804. Crítica da Razão Pura. 2.
Kant, Immanuel, 1724-1804. Prolegômenos. 3. Tempo
(Filosofia). 4. Estética. 5. Epistemologia. I. Ribeiro, Fernando
José Fagundes. II. Universidade Federal Fluminense.
Departamento de Filosofia. III. Título.

LEANDRO BERTOLDI

A noção de tempo na Crítica da Razão Pura

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
Fluminense como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Filosofia.

Aprovado em __/__/____

Banca Examinadora

Professor Dr. Fernando José Fagundes Ribeiro (Orientador)

Universidade Federal Fluminense - UFF

Professor Dr. Antônio Amaral Serra (Arguidor)

Universidade Federal Fluminense - UFF

Aos meus avós, Verônica Kovalski e
Alceu Pissaia. *In memoriam.*

Agradecimentos

À minha mãe, Lucimar Kovalski Pissaia, por todo seu trabalho para me fornecer a melhor educação possível de acordo com as suas possibilidades.

À minha ex-namorada, Rafaella Vieira Cardoso, por ter revolucionado a minha vida, deslocando meu modo de filosofar.

À meu amigo, Maurício Aguirrez, por ser incentivador de minhas ideias.

Aos meus colegas e professores da Universidade, tantos que não conseguiria colocar nesta lista, mas saibam que eu me lembrei de vocês todos.

Ao meu orientador, Professor Doutor Fernando José Fagundes Ribeiro, pelo carinho e atenção ao meu trabalho.

À própria Universidade, pela estrutura fornecida para meus estudos e fomentando a ciência dentro de mim.

“Evidentemente que não é efeito de leviandade, mas do juízo amadurecido da época, que já não se deixa seduzir por um saber aparente; é um convite à razão para de novo empreender a mais difícil das suas tarefas, a do conhecimento de si mesma e da constituição de um tribunal que lhe assegure as pretensões legítimas e, em contrapartida, possa condenar-lhe todas as presunções infundadas; I e tudo isto, não por decisão arbitrária, mas em nome das suas leis eternas e imutáveis. Esse tribunal outra coisa não é que a própria Crítica da Razão Pura.”

(Immanuel Kant)

RESUMO

Este trabalho pretende mostrar a visão de Kant sobre a noção de tempo. Utilizaremos dois livros para fundamentar esta apresentação. O primeiro chama-se Crítica da Razão Pura e o segundo, Prolegômenos. No primeiro, será mostrado o ponto inicial de Kant, a sensibilidade. Kant parte dessa, com o avanço da sua investigação, em direção ao que ele chama de *a priori*, que se trata na descoberta epistemológica das condições de conhecimento. Em seguida, dissertaremos sobre as proposições necessárias e o seu organon, que é a busca por um sistema da razão pura para organizar os conhecimentos adquiridos. Após, trataremos da questão dessa divisão do conhecimento em elementos e métodos. O transcendental, que veremos adiante e a sua posição ontológica do conhecimento. Pouco depois, a relação da intuição e a forma pura como meio para a construção da exposição. A partir desse, como se dá a representação, a origem dos fenômenos e a formação de conceitos. Depois de diversos tópicos, Kant volta para a questão da fonte de conhecimento para concluir o capítulo de seu livro fazendo uma relação das sensações com a questão da aparência e aparecimento. Ele faz uma relação da idealidade como parâmetro e da correspondência com a realidade. Já o segundo livro, escrito dois anos após, veremos como o tempo bem estruturado pela Crítica abre a possibilidade de explicar os fundamentos da matemática, mecânica e aritmética. Entre outros tópicos, veremos também como Kant entende a natureza deste tempo e como evitar desvios quando pesquisamos sem cautela. Essa busca bem fundamentada será mostrada quando tratarmos da questão aparecimento e aparência. Logo após, observaremos como o filósofo trata a questão das variáveis de grandeza dentro da sensibilidade e qual a relação do tempo com elas. Por fim iremos abordar a ação da razão quando busca um princípio para si; a relação dos fenômenos com o tempo; do tempo como parâmetro e importância para discernir a verdade. Em outras palavras, esse trabalho tem a intenção de mostrar a gama de possibilidades que o tempo abre após um estudo severo por parte de Kant e como ele abriu também uma saída perante as inúmeras dificuldades que boa parte das pessoas teve ao se aventurar neste tema, a filosofia do tempo.

Palavras-chave: Tempo. Estética Transcendental. Epistemologia

ABSTRACT

This paper intends to show Kant's view of the notion of time. We will use two books to support this presentation. The first is called Critique of Pure Reason and the second, Prolegomena. In the first, the starting point of Kant, the sensitivity, will be shown. Kant departs from this, with the advance of his investigation, toward what he calls a priori, which is treated in the epistemological discovery of the conditions of knowledge. Then we will discuss the necessary propositions and their organon, which is the search for a system of pure reason to organize the acquired knowledge. Afterwards, we will deal with the question of this division of knowledge into elements and methods. The transcendental, which we will see ahead and its ontological position of knowledge. Shortly after, the relation of intuition and pure form as a means for the construction of the exhibition. From this, as the representation occurs, the origin of the phenomena and the formation of concepts. After several topics, Kant returns to the question of the source of knowledge to complete the chapter of his book making a relation of the sensations with the question of appearance and appearance. It makes a relation of ideality as a parameter and of correspondence with reality. The second book, written two years later, will see how time well-structured by Critics opens the possibility of explaining the fundamentals of mathematics, mechanics and arithmetic. Among other topics, we will also see how Kant understands the nature of this time and how to avoid deviations when we search without caution. This well-grounded search will be shown when we treat the issue appearance and appearance. Soon after, we will observe how the philosopher treats the question of the variables of greatness within the sensibility and what the relation of time with them. Finally we will approach the action of reason when it seeks a principle for itself; the relation of phenomena with time; of time as a parameter and importance to discern the truth. In other words, this work intends to show the range of possibilities that time opens after a severe study by Kant and how it also opened an exit before the innumerable difficulties that a great part of the people had when venturing in this subject, the philosophy of time.

Keywords: Time. Transcendental aesthetics. Epistemology

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 1 |
| 2 O TEMPO NO SISTEMA DA RAZÃO PURA | 3 |
| 2.1 A INTUIÇÃO | 5 |
| 2.2 A EXPOSIÇÃO | 6 |
| 2.3 A FONTE DO CONHECIMENTO..... | 11 |
| 2.4 DISSOCIAÇÃO APARIÇÃO E APARENCIA | 13 |
| 3 O TEMPO NO PROLEGÔMENOS..... | 14 |
| 3.1 TEMPO COMO FUNDAMENTO DA MATEMÁTICA..... | 14 |
| 3.2 A QUIMERA E OS CUIDADOS COM O TEMPO..... | 16 |
| 3.3 AS VARIÁVEIS E A QUESTÃO DA CONSCIÊNCIA..... | 18 |
| 3.4 A AÇÃO DA RAZÃO..... | 21 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 24 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 25 |

1 INTRODUÇÃO

Segundo Lawrence Sklar (1992, apud MURCHO, GALVÃO, MATEUS, 2006) na filosofia da ciência, do século XVII, Leibniz e Newton disputavam um lugar epistêmico, de como o tempo e o espaço forneciam acesso ao conhecimento de modo geral. Newton afirmava que o tempo é absoluto, ou seja, que o tempo é dado de antemão para explicação das coisas, já Leibniz afirmava que o tempo é relativo, em outras palavras, que o tempo é uma relação entre as coisas; que se dava entre uma e outra. Kant (22 Abril 1724 – 12 Fevereiro 1804), um dos principais nomes da filosofia moderna, vem numa direção oposta, afirmando que essas concepções estão dentro de nós. A mente humana tem uma estrutura que possibilitaria o que ele chama de sensibilidade (onde o tempo se inclui) e que essa forneceria o conteúdo para o conhecimento.

A partir desse ponto acima, o objetivo desta monografia é uma apresentação da noção de *tempo* nos livros *Crítica da Razão Pura* e *Prolegômenos* de Immanuel Kant. A razão do tema é mostrar como o Kant entende o tempo e como ele, de maneira estrutural, mudou o rumo da filosofia do tempo na época.

O autor estrutura sua obra denominada *Crítica* o que ele chama de doutrinas, dividiu esta em duas, elementos e métodos, sendo a primeira a que será analisada mais profundamente. Dentro deste, o capítulo da estética transcendental é a que contém os dois fundamentos que dão a base para o resto de toda sua obra, as noções do espaço e do *tempo*, sendo essa última a principal pesquisa aqui a ser realizada. Já o livro *Prolegômenos* a noção de tempo está disseminada por toda a obra, em diversos assuntos.

Os problemas centrais do *tempo* no livro da *Crítica* são: se o *tempo* é empírico ou se ele é dado *a priori*, qual a relação do *tempo* com os fenômenos, quais são suas correspondências com a experiência, entre outras questões a serem tratados nesta monografia. Já no segundo livro, trabalharemos mostrando argumentos que reforçam o que Kant disse na *Crítica* em diversas passagens.

Esse trabalho será executado em dois capítulos, o primeiro designa-se o tempo no sistema da razão pura (com referência à *Crítica*) e o segundo o tempo no *Prolegômenos*. Na introdução do primeiro capítulo, apresentaremos tópicos como a sensibilidade; *a priori*; as proposições entre outros relevantes. Na primeira seção deste

capítulo: a intuição será apresentada itens que vão compor essa, entre estes estão à sensibilidade; entendimento e a forma pura. Na segunda seção: a exposição será representação, fenômenos-princípios, conceitos etc. Na terceira: a fonte do conhecimento tem as suas bases fundadas nos tópicos como as sensações e sensibilidade. No quarto: a dissociação aparecimento e aparência apresentamos a questão da idealidade e correspondência com a realidade.

No segundo capítulo desta monografia, o Prolegômenos será apresentado em quatro seções: a primeira se trata de argumentos que mostram o tempo como fundadora da matemática, passando pela mecânica e aritmética rapidamente. A segunda se trata de como a falta de prudência pode nos induzir a erros com relação ao tempo. A terceira seção será apresentada sobre a questão das variáveis internas dentro da representação do tempo e como essas variações permitem mudanças na ciência e consciência entre outros tópicos relevantes. Na última seção serão mostrados alguns tópicos, dentre eles, que o tempo não está nas coisas em si e que o acontecimento cumpre uma lei permanente, sendo que essa indica uma causa dada anteriormente.

Uma observação importante antes de entrarmos ao trabalho de monografia é que adotaremos o texto base, o texto da segunda edição da Crítica da Razão Pura, vamos chamar esta de edição B, as notas de rodapé que foram incluídas não puderam ser descartadas por uma função de alternativa de explicação a certas definições, acrescento aqui que algumas dessas notas foram colocadas pelo próprio Kant as variantes da primeira edição, que chamaremos de edição A. Nota-se que algumas notas são variantes de B também. A partir deste aviso preliminar entraremos na introdução.

2 O TEMPO NO SISTEMA DA RAZÃO PURA

Immanuel Kant (2001, B2) começa sua busca indagando se haveria a possibilidade de existir outra coisa que poderia acordar e pôr em ação a nossa capacidade de conhecer, e se viu como a única saída para este problema, os objetos que afetam os nossos sentidos porque a nossa faculdade intelectual é movida por estes objetos nos levando a dividi-las; junta-las; compara-las e também estes dão origem a representações em si mesmos, sendo assim, possibilitando estes serem a matéria bruta das impressões sensíveis os únicos a permitirem um conhecimento chamada experiência. De tal maneira o leva a concluir que não há nenhum conhecimento anterior na *ordem do tempo*.

Apesar disso, ainda não é suficiente pra demonstrar que este conhecimento seja derivado totalmente da experiência mesmo que ela seja à base deste, porque o nosso próprio conhecimento por experiência poderia ser uma combinação do que recebemos advindo das impressões sensíveis e a capacidade que temos de conhecer (pois o início do processo foi dado pelas impressões sensíveis) consigo mesmo. A combinação traz a tona o problema da nossa dificuldade em diferenciar essa matéria-prima, e é a partir desse momento fundamental a importância de atrair nossa atenção a um longo exercício que possibilitara um despertar em que teremos capacidade de separa-los. Chegando assim, finalmente, ao nosso fio condutor que nos guiaremos por todo este trabalho de monografia.

O autor (2001, B3) traz a seguinte questão: se há um conhecimento independente da experiência e de todas as impressões sensíveis e qual é sua fonte. ‘Denomina-se *a priori* esse conhecimento e distingue-se do *empírico*, cuja origem é *a posteriori*, ou seja, na experiência. Todavia, alguns conhecimentos vindos da experiência já são conhecidos *a priori*, porque não são extraídos desta, mas sim de uma regra geral, que foi de início buscado na experiência, assim Kant nomeia os juízos *a priori* puros, aqueles que são independentes de qualquer experiência.

Segundo o filósofo (2001, B4), uma proposição *necessária*, é uma proposição que não permite exceções, então ela é independente de experiência, esta proposição contem também uma *universalidade* verdadeira e rigorosa ao contrário da experiência que fornece aos seus juízos *universalidade* suposta e comparativa (por meio da

indução), ou seja, a *universalidade* empírica (suposta e comparativa) é uma extensão arbitrária da validade, em que se transfere a totalidade dos casos à validade da maioria. Para o autor, a *necessidade* e a *universalidade* são sinais seguros de um conhecimento *a priori* e são inseparáveis uma da outra.

Vejamos uma passagem acerca da arbitrariedade da validade que Kant (2001, B21) cita.

pois a razão humana, impelida por exigências próprias, que não pela simples vaidade de saber muito, prossegue irresistivelmente a sua marcha para esses problemas, que não podem ser solucionados pelo uso empírico da razão nem por princípios extraídos da experiência.

Vejamos mais uma passagem exemplificativa acerca dos limites do conhecimento *a priori* e o conhecimento advindo da experiência segundo o filósofo (2001, B23-B24)

uma vez que tenha aprendido a conhecer a sua capacidade em relação aos objetos que a experiência lhe pode apresentar, ser-lhe-á fácil determinar de maneira completa e segura a extensão e os limites do seu uso, quando se ensaia para além das fronteiras da experiência.

Para Kant (2001, B24-B25), a razão é a faculdade que nos fornece os princípios do conhecimento *a priori*. Logo, a razão pura é a que contém os *princípios* para conhecer algo absolutamente *a priori*. Um *organon* da razão pura seria o conjunto desses princípios, pelos quais são adquiridos todos os conhecimentos puros *a priori* e realmente constituídos. A aplicação pormenorizada de semelhante *organon* proporcionaria um sistema da razão pura.

De acordo com o filósofo (2001, B26), é designado de *transcendental* todo o conhecimento que em geral se ocupa menos dos objetos, que do nosso modo de conhecê-los, na medida em que este deve ser possível *a priori*¹. Porém, não podemos chamar *transcendental* de doutrina porque não é o seu objetivo alargar seus próprios conhecimentos, por causa disso, o mais adequado é designarmos de crítica, pois se busca a justificação destes conhecimentos e, além disso, um parâmetro de valor ou não valor de todos os conhecimentos *a priori*. Vejamos uma passagem em que Kant (2001, B27-B28 ou A13-A14) fortalece este argumento:

É certo que a nossa crítica deverá apresentar uma enumeração completa de todos os conceitos fundamentais, que constituem esse conhecimento puro.

¹ (2001, B25-B26) A: do que dos nossos conceitos *a priori* dos objetos.

Contudo, como é razoável, dispensa-se da análise exaustiva desses mesmos conceitos, bem como da recensão completa dos que deles são derivados; em parte, porque essa análise não seria conforme a finalidade da crítica, não tendo a dificuldade que se depara na síntese, seu verdadeiro objeto; em parte, porque seria contrário à unidade do plano empreender a justificação de tal análise e de tal derivação, o que, tendo em vista o fim visado, pode muito bem dispensar-se.

Para o filósofo (2001, A16 ou B30), esta crítica deverá conter uma divisão, uma parte denominada *teoria dos elementos* e outra parte denominada *teoria do método* da razão pura. Estas duas partes principais deveriam ter uma subdivisão que são troncos do conhecimento humano, oriundos de uma raiz comum. Uma parte desta subdivisão denomina-se *sensibilidade* e a outra parte denomina-se *entendimento*, pela primeira os objetos já são dados, pela segunda esses objetos são *pensados*. ‘‘Na medida em que a sensibilidade deverá conter representações *a priori*, que constituem as condições mediante as quais os objetos nos são dados, pertence à filosofia transcendental.’’

De acordo com o Kant, os objetos do conhecimento humano nos são dados, estes precedem os objetos pensados, assim sendo, a primeira parte de uma ciência dos elementos são formadas a partir da teoria transcendental da sensibilidade. Segundo o filósofo (2001, B30) ‘‘A experiência é, sem dúvida, o primeiro produto que o nosso entendimento obtém ao elaborar a matéria bruta das sensações.’’

2.1 A INTUIÇÃO

Segundo Kant (2001, B34) o fim para o qual tende o pensamento é a intuição e este se relaciona não se importando quais forem os meios e os modos dos objetos que o conhecimento se refere a eles. Sendo assim, à medida que o espírito for afetado pelo objeto dado, possibilita-se a verificação desta intuição e este modo que os objetos afetam também permitem a *sensibilidade*, que é a capacidade de receber representações (receptividade).

Para o filósofo (2001, B34-B35 ou A21) A sensibilidade fornece as *intuições* e a partir do seu intermédio são-nos *dados* objetos, em contrapartida, é o entendimento que provêm os conceitos destes objetos e os *pensa*. Não existe outra forma dos objetos nos ser dados. O único caminho é apenas pela sensibilidade e pelo pensamento, referindo-se a intuições, diretamente (*directe*) ou por rodeios (*indirecte*). Uma *sensação* é um efeito na capacidade de representação, advindo de um objeto afetando-nos sobre

certa medida. Denomina-se *Empírico*, a intuição que se relaciona com o objeto, por meio da sensação. Designa de *fenômeno* o objeto indeterminado de uma intuição empírica. Kant continua suas colocações designando de *matéria* ao fenômeno que corresponde à sensação e a *forma* do fenômeno determinadas relações² que permitem a organização do diverso.

Segundo o filósofo (2001, B35-B37 ou A21-A22), todas as representações em que nada se encontra relacionado às sensações, são, no sentido transcendental, designados de *puras*, com efeito, uma *intuição pura* é uma determinada condição intuída pelo diverso no fenômeno, essa forma pura da sensibilidade deverá ser encontrada absolutamente *a priori* no espírito à forma pura das intuições sensíveis em geral. Deve haver uma ciência que constitui a primeira parte da teoria transcendental dos elementos, ciência esta de todos os princípios da sensibilidade *a priori*, Kant chama esta ciência por *estética transcendental*. No seu exame, buscando a intuição empírica primeiramente, o autor isolará a sensibilidade, abstraindo tudo o que o entendimento pensa com seus conceitos, e em segundo lugar, procurando a intuição pura e simples, a única forma dos fenômenos que a sensibilidade *a priori* fornece, será apartado desta intuição o que pertence à sensação. Daqui em diante, o filósofo debruçará no exame acerca de duas formas puras da intuição sensível, o espaço e o tempo, que são princípios do conhecimento *a priori*.

2.2 A EXPOSIÇÃO

De acordo com o filósofo (2001, A23), uma *exposição* (*expositio*) é a apresentação clara (embora não pormenorizada) do que pertence a um conceito e a exposição é *metafísica* quando contem o que representa o conceito enquanto dado *a priori*. Kant (2001, B41) entende por *exposição transcendental* a explicação de um conceito considerado como um princípio, permitindo assim entender a possibilidade de outros conhecimentos sintéticos *a priori*, para esta tarefa, há dois requisitos, o primeiro diz-se que decorram conhecimentos dessa natureza a partir do conceito dado e o segundo requisito trata-se que esses conhecimentos apenas sejam possíveis pressupondo-se um dado modo da explicação desse conceito.

² (2001, B35) A: seja coordenado na intuição segundo certas relações.

Segundo o filósofo (2001, A31), na exposição metafísica da noção de tempo, o tempo não é um conceito empírico que deriva de uma experiência qualquer, a percepção que a representação do tempo não seja um fundamento *a priori* impossibilitaria a simultaneidade e a sucessão, pois somente pressupondo-a podemos representar que uma coisa existe em tempos diferentes (sucessivamente) ou num só e mesmo tempo (simultaneamente). “O tempo é uma representação necessária que constitui o fundamento de todas as intuições”.

Para o filósofo (2001, B47 ou A32), é possível abstrair os fenômenos do tempo, em contrapartida, não se pode suprimir o próprio tempo em relação aos fenômenos em geral. É dado *a priori* o tempo. Somente nele é possível toda a realidade dos fenômenos. O tempo não pode ser eliminado (enquanto condição geral da sua possibilidade), porém de todos os fenômenos pode se prescindir. Os axiomas gerais do tempo ou das possibilidades de princípios apodícticos das relações do tempo são possíveis graças a esta necessidade *a priori*. Tempos sucessivos são diferentes, mas não são tempos simultâneos porque o tempo tem apenas uma dimensão (por exemplo, assim como espaços simultâneos são diferentes, mas não são sucessivos). A experiência não permite uma certeza apodíctica e nem uma universalidade rigorosa, assim sendo, não é possível extrair esses princípios da experiência, pelo contrário, a única via é pelos próprios princípios porque eles valem como regras, são as únicas que em geral possibilitam as experiências e nos instruem antes de tais experiências e não a partir destas.

Segundo Kant (2001, A32), o tempo é uma forma pura da intuição sensível, não é um conceito universal nem um conceito discursivo, diferentes tempos são unicamente partes de um mesmo tempo. “A representação que somente pode dar-se através de um único objeto é uma intuição”. A partir disso, não é possível a seguinte proposição: tempos diferentes não podem ser simultâneos. Não se pode derivar de um conceito universal esta afirmação porque segundo o filósofo: “Esta proposição é sintética e não pode ser unicamente proveniente de conceitos. Está, portanto, imediatamente contida na intuição e na representação do tempo.”

O filósofo afirma (2001, B48) “A infinitude do tempo nada mais significa que qualquer grandeza determinada de tempo é somente possível por limitações de um tempo único, que lhe serve de fundamento.” A partir disso, como ilimitada será dada a representação originária do *tempo*. Como fundamento³ é preciso que haja uma intuição

³ (2001, B48) A: é preciso que a sua intuição sirva de fundamento.

imediate porque as próprias partes e a magnitude de um objeto só se podem representar de um modo limitado, determinado e como estes são representações parciais⁴ dados por conceitos é assim necessário uma representação integral destes.

Na exposição transcendental do conceito de tempo, Kant (2001, B49), esse se remete ao terceiro argumento em seu livro. Neste trabalho de monografia refere-se ao segundo paragrafo da exposição metafísica do conceito de tempo, onde indica o que é verdadeiramente transcendental. Destaco aqui um trecho importante desta exposição, afirma o autor:

Aqui acrescento apenas que o conceito de mudança e com ele o conceito de movimento (como mudança de lugar) só é possível na representação do tempo e mediante esta; se esta representação não fosse intuição (interna) *a priori*, nenhum conceito, fosse ele qual fosse, permitiria tornar inteligível a possibilidade de uma mudança, isto é, a possibilidade de uma ligação de predicados contraditoriamente opostos num só e mesmo objeto (por exemplo, a existência de uma coisa num lugar e a não existência dessa mesma coisa no mesmo lugar).

Segundo o filosofo (2001, B49), somente no tempo, de maneira sucessiva é que ambas destas que ele designa de determinações e que são contraditórias entre si, podem se encontrar numa coisa, esta é o porquê a noção de tempo explica a possibilidade de muitos conhecimentos sintéticos *a priori* quanto os da teoria geral do movimento, teoria esta que segundo o autor, não é pouco fecunda.

As consequências extraídas desses conceitos, segundo Kant (2001, A33), é que o *tempo* não é inerente às coisas e também não é algo que exista em si como uma determinação objetiva e que, com efeito, subsista, quando se abstrai de todas as condições subjetivas da intuição das coisas. Em relação ao primeiro caso, é como se mesmo sem um objeto real, existisse de qualquer modo. Já em relação ao segundo, não é possível ser intuído *a priori* mediante proposições sintéticas nem ser conhecido, também não poderia preceder os objetos como sua condição se fosse uma ordem inerente às coisas ou uma determinação. Para o autor, pelo contrário, isto pode ocorrer se o *tempo* for apenas condição subjetiva indispensável para que tenham lugar em nós todas as intuições. ‘‘Pois que, assim, esta forma de intuição interna se pode representar anteriormente aos objetos, portando *a priori*’’.

⁴ (2001, B48) A: porque as representações parciais são dadas em primeiro lugar.

De acordo com o filósofo (2001, B50) ‘‘O *tempo* não é mais do que a forma do sentido interno, isto é, da intuição de nós mesmos e do nosso estado interior’’. O *tempo* determina a relação das representações no nosso estado interno, por causa disso ele não pertence a uma posição ou a uma figura e nem pode ser uma determinação de fenômenos externos. Representamos a sequência do *tempo* por uma linha contínua, prolongando-se infinitamente e cujas partes diversas constituem uma série que tem apenas dimensão e concluimos dessa linha para todas as propriedades do *tempo*, com exceção de uma só, que as partes da primeira são simultâneas e as do segundo sucessivas. Fazemos isso porque a intuição interna não se apresenta como figura, sendo assim, procuramos suprir essa falta por analogias. ‘‘... a representação do próprio *tempo* é uma intuição, porque todas as suas relações se podem se expressar numa intuição externa’’.

A condição formal *a priori* de todos os fenômenos em geral é o tempo. Kant afirma (2001, B51) na seguinte passagem:

As representações, quer tenham ou não por objeto coisas exteriores, pertencem, em si mesmas, enquanto determinações do espírito, ao estado interno, que, por sua vez, se subsume na condição formal da intuição interna e, por conseguinte, no tempo, o tempo constitui a condição *a priori* de todos os fenômenos em geral; é, sem dúvida, a condição imediata dos fenômenos internos (da nossa alma) e, por isso mesmo também, mediamente, dos fenômenos externos.

Segundo o filósofo (2001, B51-52 ou A35), a partir do sentido interno, todos os fenômenos em geral, todos os objetos dos sentidos são necessariamente sujeitos as relações do tempo e estão no tempo. O tempo tem apenas validade objetiva em relação aos fenômenos, pois esses são coisas admitidas como *objetos dos nossos sentidos*; mas ele perde essa realidade objetiva se abstrairmos que nos é peculiar e dissermos de *coisas em geral*. O tempo é condição subjetiva da intuição e não é nada em si, fora do sujeito. Mas continua sendo objetivo em relação aos fenômenos e as coisas apresentadas a nós na experiência. As coisas não estão no tempo, pois se faz abstração, no conceito de coisas em geral, do modo de intuição destas e porque a intuição é condição própria pela qual o tempo pertence à representação dos objetos. Porém, se a condição for acrescentada ao conceito e dissermos que as coisas, enquanto fenômenos (como objetos de uma intuição sensível) estão no tempo, os princípios adquirem a conveniente universalidade *a priori* e a validade objetiva.

De acordo com Kant (2001, A36 ou B53), a *realidade empírica do tempo* em relação aos objetos que possam apresentar-se aos sentidos é a sua validade objetiva, assim sendo, nunca na experiência nos pode ser dado objeto que se encontra fora da condição do *tempo* porque a intuição é sempre sensível. De tal forma que não existe o *tempo* relacionado com uma realidade absoluta, pois o *tempo* não pertence pura e simplesmente as coisas como sua propriedade ou condição, propriedades estas que pertencem às coisas em si e não são dadas pelos sentidos. A *idealidade transcendental do tempo*, segundo a qual o *tempo* nada é porque não pode atribuir-se aos objetos em si (independentemente da sua relação com a intuição) nem a título de acidente nem substância se abstrairmos das condições subjetivas da intuição sensível.

Prosseguiremos para outro ponto importante deste trabalho de monografia que o autor denomina de “explicação” Contra a teoria da realidade empírica do *tempo* que nega a realidade absoluta e transcendental, Kant (2001, A37) traz para nós o seguinte argumento:

As mudanças são reais (o que se prova pela sucessão das nossas próprias representações, mesmo que se quisessem negar os fenômenos exteriores e as suas modificações).

De acordo com Kant (2001, B54 ou A37), o tempo é algo de real por causa das mudanças que só nele mesmo são possíveis, o tempo possui realidade subjetiva, relativamente à experiência interna, ou seja, tenho a representação do tempo e das minhas determinações dele. O tempo é a forma real da intuição interna. “Não deve ser, portanto, encarado realmente como objeto, mas apenas como modo de representação de mim mesmo como objeto”. Porém, segundo o filósofo (2001, A38) se isso acontecesse sem a condição da sensibilidade, determinações que representamos como mudanças não interviriam na representação do tempo, por conseguinte, a de mudança. A condição das nossas experiências na realidade empírica do tempo subsiste. Já a realidade absoluta não pode ser concedida, apenas a forma da nossa intuição interna.⁵ O tempo não é inerente aos próprios objetos, somente ao sujeito que os intui e desaparece o conceito de tempo se retirar a condição particular da nossa sensibilidade.

2.3 A FONTE DO CONHECIMENTO

⁵ (2001, B56) As representações sucedem umas as outras, isto significa que temos consciência delas como uma sucessão temporal, ou seja, segundo a forma do sentido interno. O tempo não é algo em si ou determinação inerente às coisas.

Segundo o autor (2001, B55) “O objeto do nosso sentido interno (do meu estado e de mim próprio) é imediatamente claro pela consciência”. O *tempo* tem duas faces, uma que o objeto é considerado em si mesmo (independendo do modo intuído, e por causa disso, é sempre problemática) e a outra que se considera a forma da intuição desse objeto, esta forma deve ser buscada no sujeito ao qual o objeto aparece e não no próprio objeto, assim sendo, pertencendo real e necessariamente ao fenômeno desse objeto. Kant (2001, A39 ou B56) afirma que o *tempo* é uma fonte de conhecimento da qual se pode extrair *a priori* diversos conhecimentos sintéticos, mas estas fontes determinam seus limites por serem condições da sensibilidade. De acordo com o filósofo (2001, A40 ou B57) estas fontes não representam coisas em si, mas dirigem-se aos objetos enquanto são considerados como fenômenos, saindo desse campo não é possível um uso objetivo dessa fonte porque só os fenômenos constituem o campo da sua validade. Tanto as formas sejam necessariamente inerentes às coisas em si mesmas, tanto a nossa intuição das coisas, isso é realmente seguro para nós, permitindo a intacta certeza do conhecimento por experiência a partir da realidade do *tempo*. Finalmente, de acordo com o autor (2001, B58), a estética transcendental não possa conter mais do que este dois elementos principais, o espaço e o *tempo*, por exemplo, não pode contar com o conceito de mudança entre os seus dados *a priori*, pois apenas muda o que está no *tempo* e não o próprio *tempo*. “Para isso requiere-se a percepção de uma certa existência e da sucessão de suas determinações, por conseguinte a experiência”

Uma frase importante de Kant, nas observações gerais sobre a estética transcendental é

É-nos completamente desconhecida a natureza dos objetos em si mesmos e independentemente de toda esta receptividade da nossa sensibilidade.
(KANT, 1787, B60)

Kant (2001, A43 ou B6) afirma que conhecemos somente nosso modo de percebê-los, modo que nos é peculiar, porem, seja de todos os homens esta percepção pode não ser o de todos os seres, sendo assim, em relação ao *tempo*, este tem a sensação como matéria e o próprio *tempo* como forma pura desse modo de perceber. Conhecemo-los somente *a priori*, são intuições puras, ou seja, antes da percepção real, já a sensação é *a posteriori*, isto é, intuição empírica. Seja qual for a espécie das nossas sensações, que são diversas, as formas referidas são absoluta e necessariamente inerentes a nossa

sensibilidade, assim sendo, nem por isso aproximariamos mais da natureza dos objetos em si, mesmo elevando a nossa intuição ao mais alto grau de clareza.

Segundo o autor (2001, B61), a sensibilidade seria apenas a confusa representação das coisas, contendo o que são em si, mesmo quando não discriminamos conscientemente suas características parciais, é uma teoria inútil e vã porque é um falseamento dos conceitos de fenômeno e de sensibilidade. Para Kant, é apenas lógica e não se refere ao conteúdo a diferença entre uma representação clara e uma representação obscura.

Para uma solução desse impasse o autor (2001, A44) afirma:

Sem dúvida que o conceito de *direito*, de que serve o senso comum, contém o mesmo que a mais subtil especulação dele pode extrair; somente, no uso vulgar e prático não há consciência das diversas representações contidas nesse pensamento. Não se pode dizer, por esse motivo, que o conceito vulgar seja sensível e designe apenas um simples fenômeno, pois o direito não pode ser da ordem do que aparece; o seu conceito situa-se no entendimento e representa uma qualidade (a qualidade moral) das ações, que elas possuem em si mesmas. Em contrapartida, a representação de um *corpo* na intuição nada contém que possa pertencer a um objeto em si; é somente o fenômeno de alguma coisa e a maneira segundo a qual somos por ela afetados; e essa receptividade da nossa capacidade de conhecimento denomina-se sensibilidade e será sempre totalmente distinta do conhecimento do objeto em si mesmo, mesmo que se pudesse penetrar até ao fundo do próprio fenômeno.

Segundo Kant (2001, A49 ou B66), o *tempo* é uma simples forma da nossa intuição, que contem *a priori* as únicas condições a que as coisas devem estar submetidas para que sejam para nós objetos exteriores, pois nada seriam em si sem estas condições subjetivas. Assim, de modo sintético, de maneira nenhuma pode decidir *a priori*. Logo, o objeto de nosso trabalho de monografia, o *tempo*, apenas é condição meramente subjetiva da nossa intuição, enquanto condição necessária de toda experiência, tanto interna quanto externa, agora relativamente a essa condição, todos os objetos não são coisas dadas por si deste modo, pelo contrário, são simples fenômenos. Por conseguinte, o mínimo não poderá ser dito da coisa em si que constitui o seu fundamento, já acerca dos fenômenos muito poderá ser dito *a priori*.

Em relação ao tempo, Kant (2001, B70) traz a seguinte afirmação:

Tanto a intuição dos objetos exteriores como a intuição que o espírito tem de si próprio representam cada uma o seu objeto tal como ele afeta os nossos

sentidos, ou seja, como *aparece*, isto não significa que esses objetos sejam simples *aparência*.

2.4 DISSOCIAÇÃO ENTRE APARECIMENTO E APARÊNCIA

De acordo com o filósofo (2001, B70), os objetos e mesmo as propriedades que lhe atribuímos, em relação ao fenômeno, são considerados sempre como dados, o problema se dá quando esta propriedade depende do modo de intuição do sujeito na sua relação com o objeto dado, distinguindo-se dele, enquanto fenômeno, do que é enquanto objeto em si, a partir disso, não posso dizer que a minha alma apenas *aparece* ser dada na consciência que possuo de mim próprio, quando afirmo que a qualidade do *tempo*, na qual utilizo como base da sua existência e de acordo com a qual os represento, não reside nesses objetos em si, mas no meu modo de intuição apenas. Logo, converter o que deveria considerar como fenômeno em simples *aparência* é algo culposos.

Segundo Kant (2001, B70), pode-se evitar que tudo se transforme em simples *aparência*, aplicando a *realidade objetiva* a essas formas de representação, segundo o princípio da idealidade de todas as nossas intuições sensíveis, se considerar, por exemplo, o *tempo*, como propriedades que deveriam encontrar-se nas coisas em si, de acordo com a sua possibilidade e se refletirmos nos absurdos que se cai. A partir disso, Kant (2001, B71) traz a conseguinte afirmação esclarecedora:

Desde que se admitam duas coisas infinitas, que não são substancias, nem algo realmente inerente as substancias, mas que devem ser contudo algo de existente e mesmo a condição necessária da existência de todas as coisas, já que subsistiriam, mesmo que todas as coisas existentes desaparecessem, não se poderia mais censurar o bom do Berkeley por ter reduzido os corpos a simples *aparência*; a nossa própria existência que, desta maneira, se faria depender da realidade subsistente em si de um não-ser, como o tempo, seria com este convertida em pura *aparência*. Um absurdo que até agora ninguém ainda ousou encarregar-se de sustentar.

Como são possíveis proposições sintéticas a priori? Está é a pergunta principal do problema geral da filosofia transcendental para Kant (2001, B73) na conclusão da estética transcendental. A partir desta questão, chegamo-nos até aqui com dados suficientes para solucionar esta. Segundo o filósofo, o *tempo* como intuição pura *a priori* encontrou aquilo que pode ser descoberto e quando num juízo queremos sair do conceito dado rumo à intuição correspondente. Assim, ligando-se sinteticamente a esse

conceito. Kant finaliza afirmando que esses juízos, por esse motivo, têm valor apenas para objetos da experiência possível e jamais podem ultrapassar os objetos dos sentidos.

A partir daqui, concluído as apresentações do livro *Crítica da Razão Pura*, faremos uma apresentação do livro *Prolegômenos a Toda Metafísica Futura*, escrito dois anos após a *Crítica*, de como se dá o entendimento Kantiano do tempo nesse.

3 O TEMPO NO PROLEGÔMENOS

3.1 O TEMPO COMO FUNDAMENTO DA MATEMÁTICA

De acordo com Kant, em seu livro designado *Prolegômenos* (1988, 50), a matemática pura se mostra como necessária e apodítica (evidente). Uma das bases principais dessa ciência é a intuição do tempo, onde ela consegue trazer todos os seus juízos, axiomas e conhecimentos que são indispensáveis. Na intuição pura, deve ser encontrada a matemática pura e todas as suas definições e conceitos. Ela é desenvolvida e construída de um modo (ela funciona de forma sintética, as divisões de conceitos, analiticamente não são possíveis) que não é possível caminhar de modo errado. A intuição não pura pode ser desenvolvida de modo a trabalhar juízos sintéticos *a priori*.

Segundo o filósofo (1988, 51), enquanto a intuição pura do espaço permite a base essencial da geometria, a representação da intuição pura do tempo se dá, por exemplo, na mecânica pura, em relação ao conceito de movimento. Essa representação também permite, como outro exemplo, a aritmética formar pela própria sucessiva adição de unidades do tempo a sua própria definição ou conceito de número. Para demonstrar que o tempo é uma intuição pura, o autor afirma que é possível eliminar o que tem relação com a sensação, pois esta tem por base os corpos e seus movimentos ou modificações. Essas representações são simples intuições e elementos empíricos. Eliminando-os restaria o tempo como elemento primordial, uma intuição pura. O tempo nunca pode ser eliminado, ele é um elemento indispensável que funciona como base para esses movimentos e corpos. É o seu fundamento *a priori*. Isso tudo comprova exatamente que as intuições empíricas são precedidas de antemão pelas formas da nossa sensibilidade, em outras palavras, a percepção que nós temos dos objetos reais de acordo com os objetos que podemos conhecer *a priori*, de forma exata como eles aparecem para nós.

Ainda no mesmo raciocínio, segundo Kant (1988, 51) a intuição empírica funde-se numa intuição pura como a do tempo, somente quando ela não se coloca senão nos simples objetos dos sentidos. Um exemplo disso é a matemática pura, que se dispõe como um conhecimento sintético *a priori*. Essa intuição pura é a forma da sensibilidade. Ela torna possível essa realidade, pois precede a real aparição dos objetos.

Kant (1988, 52) continua sua investigação agora acerca da natureza da intuição do tempo, vejamos a seguinte afirmação sobre essa pesquisa:

No entanto, esta faculdade de intuição a priori diz respeito, não à matéria do fenómeno, isto é, ao que nele é sensação, pois esta constitui o elemento empírico, mas apenas à sua forma, o espaço e o tempo. Se duvidasse minimamente que são determinações inerentes, não às coisas em si mesmas, mas apenas à sua relação com a sensibilidade, eu gostaria de saber como se pode julgar possível a priori e, por conseguinte, antes de todo o conhecimento das coisas, isto é, antes de nos serem dadas, qual é a natureza da sua intuição, o que é aqui, contudo, o caso do espaço e do tempo.

Para fundamentar a natureza da intuição do tempo, o filósofo (1988, 52) utiliza o espaço como exemplo, fundamentando-o paralelamente. O autor demonstra que não pode haver mais de três linhas que se cortam retangularmente corroborando com o espaço em geral e completo (pois esse não é nenhum limite de outro espaço em si mesmo) que também não pode ter mais do que três dimensões. Essa proposição é evidentemente certa, ou seja, apodítica, além de ser pura *a priori*. Com toda razão esta proposição tem também bases bem sólidas na intuição imediata, pois exigir que uma linha percorra ao infinito (*in indefinitum*) ou a partir desse uma série de variantes como, por exemplo, espaços prolongados por suas modificações ou movimentos significa levantar hipóteses que conduzam a uma representação do tempo e do espaço necessariamente. Além disso, essa proposição de nenhum modo pode ser exposta a partir de conceitos, uma vez que esta intuição é inerente e também não é limitada em si mesma.

De acordo com o filósofo (1988, 53), a nossa exposição transcendental da noção de tempo é explicada, por exemplo, pela fundação ou base matemática que além de ser uma intuição pura *a priori*, ela possibilita também diversas proposições de valores evidentes e sintéticos. Essa matemática jamais poderia ser compreendida, nem concedida, sem tal dedução, o que explica a sua pureza como ciência. Além disso, não admitimos que não seja percebido por nós como é em si, mas como aparência, pois temos uma apresentação desses aos nossos sentidos como o sentido interno no tempo

por exemplo. Segundo Kant, o tempo é uma condição da coisa em si, ele é a condição necessariamente real. O autor afirma também que o tempo é uma diminuição, uma redução para uma simples forma da nossa intuição empírica e sensível.

Segundo o filósofo (1988, 59), o tempo, por intermédio de sua idealidade modificaria todo o mundo empírico e sensível em pura aparência. Essa é uma contestação insignificante e facilmente prevista, se faz necessário nos distanciar dela, ressalta Kant.

3.2 A QUIMERA E OS CUIDADOS COM O TEMPO

O filósofo (1988, 61) ressalta que não tem relação com a origem das representações sensíveis, mas que o uso dessas no entendimento sem prudência pode acometer num surgimento de uma verdade ou aparência falaciosa, ou seja, há de se cair numa falácia caso não haja cuidado na maneira que é utilizada as representações empíricas. De acordo com os princípios do encadeamento de todo o conhecimento numa experiência, no caso do tempo e independentemente do seu conteúdo, isso ocorre quando ligamos as nossas intuições aos sentidos sem um questionamento ou desconfiança prévia, mesmo se não refletimos sobre a origem das nossas representações. Em contrapartida, as regras da verdade são as bases com relação à experiência, evitando-se assim, o mínimo incitamento ao erro nem a aparência do que nós consideramos como simples fenômenos. Assim, estaremos seguros mesmo se nós utilizarmos as mesmas representações unicamente em relação à experiência possível. O tempo se encaixa nesse caso de regra, pois ele não se encontra nos objetos, ele é uma simples forma da sensibilidade; um fenômeno; uma representação do sentido com a sua forma.

De acordo com Kant (1988, 62) pode surgir um erro perigoso quando nós ultrapassamos a noção de tempo através de toda experiência possível, vejamos esta importante passagem:

Mas, ao arriscar-me a ultrapassar com os meus conceitos de espaço e de tempo toda a experiência possível, o que é inevitável, se eu os der como condições inerentes as coisas em si mesmas (com efeito, que é que me impediria de, apesar de tudo, os aplicar a estas mesmas coisas, ainda que os meus sentidos fossem de outro modo organizados e perante elas se adaptassem ou não?), pode surgir um grave erro que se baseia numa aparência, visto que aquilo que era uma simples condição da intuição das

coisas inerente à minha subjetividade e valia de modo seguro para todos os objetos dos sentidos, por conseguinte, para toda a experiência possível, o dei como universalmente válido, porque o restringi às coisas em si, e não às condições da experiência.

Segundo o autor (1988, 62) o único meio de garantir aos objetos reais a aplicação de um dos mais importantes conhecimentos, longe de conseguir minimizar todo o mundo empírico e sensível a uma simples aparência, é a idealidade do tempo. Um exemplo que Kant nos fornece é a matemática que expõe *a priori* e evita que seja tomado por simples aparência, pois sem esse detalhe, não há a menor possibilidade de decidir se a intuição do tempo não seria simplesmente uma quimera fabricada que não corresponde a nada, a nenhum objeto de modo adequado ou corretamente. Pois essa intuição, que se encontra em nossas representações, não foi retirada de lugar algum na experiência. O filósofo fornece um exemplo de um fenômeno, a geometria. Essa permite estabelecer a sua validade sem contestação em relação a todos os objetos do mundo empírico, por mais que seja uma simples aparência.

De acordo com Kant (1988, 63) a natureza das coisas não é representada, mas sim um simples fenômeno dessas. Nem o tempo que é uma intuição pura é considerado desse modo. A intuição sensível e a sua realidade desses objetos nada mais representam esses que são representados pelos nossos sentidos. O filósofo afirma que essas colocações não são nenhuma aparência universalmente atribuída à natureza. Com relação a esse idealismo, Kant crítica:

e o meu protesto contra toda a suspeita de um idealismo é tão preciso e evidente que pareceria mesmo supérfluo, se não houvesse juízes incompetentes que, ao desejarem com gosto dar um nome antigo a toda a opinião que se afasta das suas ideias absurdas, embora comuns, nunca julgando o espírito das denominações filosóficas mas apegando-se simplesmente à letra, se encontram prontos a pôr a sua própria ilusão no lugar de conceitos bem determinados e deste modo a distorcê-los e a desfigurá-los.

Com relação a todos os fenômenos, o filósofo afirma (1988, 64) que esses não são determinações inerentes às coisas em si mesmas, são modos de representação e não são coisas. Já com relação ao tempo, esse é uma representação sensível das coisas. Nunca houve também dúvidas em relação ao idealismo, pois esse não diz respeito à existência das coisas (a dúvida com relação a essas é uma questão tradicional e recorrente para o idealismo).

3.3 AS VARIÁVEIS E A QUESTÃO DA CONSCIÊNCIA

De acordo com o filósofo (1988, 81) um preceito da aplicação da matemática à experiência trabalha sob a definição ou conceito de grandeza. O primeiro desses preceitos fisiológicos está incluído ou concebido dentro de todos os fenômenos como no tempo, por exemplo. O segundo, por sua vez, por mais que coloque no tempo um objeto que lhe corresponde, a sensação não é nenhuma intuição. Esse trabalha sob a definição ou conceito de grandeza. Essa sensação designa o real da intuição e também não está embutido ou incluído no que é sensivelmente próprio. No vazio total da intuição do tempo, por exemplo, que se dá entre o zero e a realidade (uma representação de sensação) se podem pensar entre cada grau. Um espaço inteiramente vazio e cada grau cheio no espaço; um grau de leveza absoluta e um de grau de peso; um de frio absoluto e outro de calor; um de trevas e outro de luz; com as suas variantes em cada um desses em maiores e menores graus, ou seja, uma diferença que tem na grandeza, pois se pode permitir pensar em graus cada vez menores.

Continuando esse mesmo raciocínio, Kant afirma (1988, 81) que não é possível percepção alguma que demonstre e comprove uma carência absoluta, pois podem existir lugares com graus mais fracos, ou uma com plena inconsciência (obscuridade psicológica) e uma consciência. Um exemplo são todos os casos de sensação, que sempre se superam tendo um estado mais forte que a outra, não há nenhuma obscuridade psicológica que não possa ser considerada como uma consciência. Por esses motivos que elas constituem a qualidade própria das representações sensíveis (fenômenos) e temos o entendimento para até mesmo antecipar as sensações. Isso tudo com mérito à ciência da natureza, que é a segunda aplicação da matemática (*mathesis intensorum*), pois ela contém graus no real de todos os fenômenos sem exceção, em todas elas.

Segundo o filósofo (1988, 84) somente seguindo regras bem estabelecidas permite uma união sinteticamente *a priori*, possibilitando pluralidade e diversidade. Isso somente ocorre quando junta-se a quantidade como conceito (que também faz parte do tempo) com uma simples intuição e os fenômenos. E entre o seu completo desaparecimento (zero) e o qual, ou seja, uma sensação, de modo em que a percepção contém também a intuição, existe necessariamente uma transformação por diminuição. Somente no tempo isso é possível, a passagem do tempo é condição para tal, a sensação

nesse caso ocupa alguma parte desse tempo e é por causa dessa passagem que existe algum grau no real dos fenômenos.⁶

Continuando seu raciocínio, Kant (1988, 85) afirma que as sensações nunca podem ser conhecidas *a priori*, com relação ao que se diferenciam umas das outras. Mesmo ela tendo a qualidade da intuição sensível e empírica. Em contrapartida, numa experiência possível, ela pode ser diferenciada de maneira intensiva como quantidade da percepção de qualquer outra espécie ou natureza, e desse modo, por meio dessa natureza que nos é fornecida é tomada como possível a aplicação da matemática com relação a essa intuição sensível.

Em relação do tempo com o conjunto de leis universais que regem a existência, o filósofo (1988, 85) afirma:

Visto que estes não dizem respeito, como os princípios da aplicação da matemática à ciência da natureza em geral, à produção das intuições, mas à conexão da sua existência numa experiência, que nada mais pode ser senão a determinação da existência no tempo segundo leis necessárias, sob as quais unicamente ela é objectivamente válida e, por conseguinte, experiência, a prova não incide sobre a unidade sintética na conexão das coisas em si, mas na das percepções e, sem dúvida, não relativamente ao seu conteúdo, mas à determinação do tempo e à relação da existência no tempo segundo leis universais.

De acordo com Kant (1988, 85), se a determinação sensível ou empírica no tempo relativo deve ser objectivamente válida, ou seja, uma experiência, então ela contém também necessariamente a determinação da existência no tempo em geral, e com efeito, é uma regra do entendimento *a priori*. São leis universais.

O filósofo (1988, 96) questiona-se sobre ‘‘como é possível uma natureza no sentido material, isto é, segundo a intuição, como conjunto dos fenômenos, e como são possíveis em geral o espaço, o tempo e o que os enche a ambos, o objeto da sensação?’’ A partir dessa questão, Kant pesquisa e depois de uma profunda reflexão consegue identificar e dividir com absoluto acerto as noções mais basilares puros da sensibilidade e do entendimento. O tempo é um deles e esse pertence à sensibilidade.

⁶ (1988, 84) [...] Por conseguinte, num ponto e num momento, a quantidade é aqui tão grande como em todo o espaço ou tempo, por grandes que sejam. Os graus crescem, pois, não na intuição, mas segundo a simples sensação, ou ainda como quantidade do fundamento da intuição e só podem ser apreciados como quantidade pela relação de *i* a *o*, isto é, pelo facto de cada sensação poder decrescer por uma infinidade de graus intermediários até desaparecer, ou crescer num certo tempo a partir de *o*, através de uma infinidade de momentos de aumento, até uma sensação determinada (*Quantitas qualitatis est gradus*).

Segundo Kant (1988, 104), tanto pela matéria que não está ainda sensível ou empiricamente determinada (o objeto da sensação em geral) quanto pela correspondência com a forma pura do fenômeno (no nosso caso o tempo) ou por conexão mútua, todos os conceitos ou definições deduzíveis desses são designadas de predicáveis. Porém, de acordo com o filósofo, esse resolveu nomear de categorias para ser mais adequada a base que é derivada desses predicáveis. Essas são as justificativas para a própria apreciação da razão da necessidade de fundamentar o sistema da filosofia transcendental.

De acordo com o autor (1988, 123), questiona-se se apenas os objetos dos sentidos externos encontram-se verdadeiramente no espaço e no nosso caso, do tempo. Questiona-se também de mesma maneira se seria um requisito da presença desses objetos, se a experiência comporta parâmetros inabaláveis que a discernem da imaginação, ou seja, se encontra realmente no tempo a alma de mesmo modo que o objeto do sentido interno, ao qual aí posicionamos no estado de atenção.

Kant (1988, 124) afirma que tem a mesma força que a nossa existência o fato de que a representação do sentido interno, o tempo, no nosso caso, de um lado; a experiência dos corpos fora de nós no espaço, do outro consegue ser refutado com extrema facilidade. Pois é dado de antemão que os fenômenos enquanto em si próprios são somente examinados de acordo com a sua correspondência na experiência no idealismo material. A consequência disso é que a definição ou conceito ‘fora de nós’ corresponde à existência no espaço. O alicerce deste fenômeno, a coisa em si ou o corpo, constitui verdadeiramente a intuição externa (no espaço), já o sujeito da consciência é também o objeto da intuição interna (o tempo) e corresponde ao eu sou na proposição.

Continuando seu raciocínio, o filósofo (1988, 124) afirma no que se relaciona à natureza, consegue responder sem hesitar de modo negativo, se os corpos existem enquanto em si mesmos fora do meu pensamento (enquanto são fenômenos do sentido externo). Em contrapartida, da mesma forma recebe necessariamente uma resposta negativa porque existo fora da minha representação própria. Isso enquanto fenômeno do sentido interno (de acordo com a psicologia empírica ou sensível corresponde a alma), ou seja, as coisas não passam de forma diversa com a questão de se eu mesmo. É indiferente. Para Kant (1988, 126) na sua Tese e Antítese respectivamente: ‘o mundo é ou tem, segundo o tempo e o espaço, um começo (limite), Antítese: o mundo, segundo o tempo e o espaço, é infinito’.

De acordo com o filósofo (1988, 129), aquilo que é concebido exclusivamente para o homem, um modo peculiar de conhecimento dos objetos, ou seja, da experiência, são somente coisas no fenômeno. De modo algum conhecemos essas e não falo de coisas em si mesmas, quando me refiro aos objetos no tempo. Fora do meu pensamento, não tenho a capacidade de aferir que existe em si mesmo o que concebemos no tempo. É explicitamente contraditório pronunciar que uma simples maneira de representação também existe fora da nossa representação. Em contrapartida, são somente modos de representação e nada são de existentes em si mesmos e fora das minhas representações e considerando em conjunto com os fenômenos que contêm, no caso do tempo, aconteceria uma discordância.

Segundo Kant (1988, 130) é inaceitável que os meus conceitos me expressem se ele é finito ou se é infinito, pois justamente eu me questiono sobre o tempo e a sua grandeza. Como são somente ideias, não é da limitação do mundo um tempo vazio anterior ou por um espaço vazio. Não é possível também um tempo de decurso infinito ou de um espaço infinito, assim, nenhuma destas variáveis pode estar embutida na experiência.

3.4 A AÇÃO DA RAZÃO

De acordo com o filósofo (1988, 132), cada efeito é um acontecimento ou algo que acontece no tempo com relação ao fenômeno. Esse acontecimento que cumpre uma lei permanente tem uma indicação da causalidade da sua causa, ou seja, uma condição ou situação desta causa que deve estar dada de antemão. Isso de acordo com o princípio universal da natureza. Com relação a esse tema, de forma similar, Kant (1988, 134) afirma:

a ação da razão não dependeria então de condições subjetivas, por conseguinte, temporais e também não da lei natural, que serve para as determinar, porque os motivos da razão dão às ações a regra universal a partir de princípios, sem a influência das circunstâncias de tempo e de lugar.

Segundo Kant (1988, 143), se planejássemos o mais ínfimo conhecimento de uma coisa, seria incoerente aguardar conhecer um objeto qualquer mais do que ele pertence a uma experiência possível do mesmo após as evidências muito claras que fornecemos ‘acerta da qual admitimos que ela não é um objeto de experiência possível, para a determinar segundo a sua constituição, tal como é em si mesma’. A partir disso,

já não determinam nenhum objeto e não possuem nenhum significado se suprimimos a condição dos puros conceitos do entendimento. Não podem ter nenhum outro uso senão tornar possível a experiência. Não é possível nos realizarmos dessa maneira se a determinação do tempo e todos os conceitos do tempo não podem ter esse requisito.

De acordo com o filósofo (1988, 143) se quiséssemos fazer passar a nossa experiência pela única maneira de conhecimento possível das coisas, seria um absurdo maior ainda se não reconhecemos nenhuma coisa em si em contrapartida. Está incluído nisso, os princípios da possibilidade da experiência pelas condições das coisas em si, ou seja, o nosso entendimento discursivo pela amostra de todo o entendimento realizável e a nossa intuição no tempo pela única intuição possível.

Segundo o autor (1988, 147) vê-se claramente que o mundo dos sentidos não pode conter esta solução. Com relação ao tempo, tudo o que indicamos sob o nome de puros conceitos do entendimento e tão pouco também todos aqueles conceitos que simplesmente auxiliam para a assimilação do mesmo.

Para Kant (1988, 177) o tempo pertence necessariamente aos fenômenos, não às coisas em si ou as suas características, mas simultaneamente com tudo que contém em sua essência. Os idealistas e a profissão de fé do autor estão no mesmo páreo segundo o próprio. Seria-nos conhecido em conjunto com todas as suas determinações somente através de uma percepção ou experiência assim como os fenômenos nele entendidos o espaço como uma simples representação sensível, principalmente para Berkeley e outros filósofos. Contrariando esse último, tornando possível toda uma intuição empírica, como forma pura da nossa sensibilidade e estando em nós antes de todo discernimento ou experiência, o tempo também pode ser conhecido por nós *a priori* com todos os seus parâmetros e todos os fenômenos por consequência.

De acordo com Kant (1988, 177) Berkeley não proporcionou aos seus fenômenos nenhuma base *a priori*, e por causa disso, a experiência não pode ter preceitos de verdade, pois a essa se sustenta em leis indispensáveis e universais como os seus parâmetros também. Assim, eles nada mais são do que desilusão. Ao contrário, o tempo fornece o parâmetro exato para nela discernir a verdade da ilusão⁷ e também

⁷ (1988, 177) O idealismo propriamente dito teve sempre uma intenção mística e não pode ter outra; o meu idealismo, porém, visa simplesmente compreender a possibilidade do nosso conhecimento *a priori* dos objetos da experiência, problema que até agora não foi resolvido, nem sequer levantado. Assim cai todo o idealismo místico que sempre (como já se pode ver em Platão) concluía dos nossos conhecimentos *a priori* (mesmo os da geometria) para uma outra intuição diversa da intuição sensível (a saber, a intuição intelectual), porque não ocorria a ideia de que os sentidos também deviam ter intuição *a priori*.

indicam *a priori* toda experiência possível a sua lei de acordo com a conexão com os conceitos puros do entendimento.

Comparando o seu idealismo com o idealismo ordinário, o filósofo ressalta (1988, 178):

O meu pretense idealismo (estritamente falando, crítico) é, pois, de uma espécie inteiramente particular porque derruba o idealismo ordinário e por ele todo o conhecimento a priori, mesmo o da geometria, adquire pela primeira vez uma realidade objetiva que, sem a idealidade do espaço e do tempo, por mim demonstrada, nem sequer poderia ser afirmada pelos realistas mais ardentes.

Encerramos por aqui as principais partes sobre o tempo em questão no segundo livro de Kant e do trabalho de monografia em geral. Resumidamente, o tópico seguinte fará uma breve passagem pelos pontos tocados, e no seu fim, tecendo as considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro livro, vimos que a sensibilidade permite a experiência e que há também certos conhecimentos que são extraídos de uma regra geral, que Kant nomeou como juízo *a priori* puro. Mostramos que há uma busca por proposições necessárias, que trazem uma universalidade verdadeira e rigorosa ao contrário da universalidade suposta e comparativa (empírica). Esse conjunto forma o que o autor denomina de *organon* e esses conhecimentos organizados o sistema da razão pura. Elencamos também que o *transcendental* é uma busca pela justificação dos conhecimentos gerados e que existe uma divisão chamada teoria dos elementos e teoria do método, uma se dá pela sensibilidade e outra pelo entendimento. Vimos que a intuição permite a representação e que o tempo é um princípio do conhecimento a priori. Conferimos também que a exposição transcendental é um princípio que permite conhecimentos sintéticos *a priori* e passamos pelos tópicos das relações dos fenômenos do tempo. Foi mostrado, por exemplo, que o tempo não é um conceito e que o tempo é uma fonte de conhecimentos sintéticos. Tópicos após, vimos o que Kant entende por aparência aparecimento (ou aquilo que aparece), idealidade e a correspondência com a intuição que jamais pode ultrapassar os objetos dos sentidos.

No segundo livro foi possível observar que o tempo é a base para a matemática. Pela intuição do tempo também se dá a mecânica por causa do conceito de movimento e que permite a aritmética pela sucessão de unidades do tempo. Vimos que a matemática torna possível a realidade, pois precede de antemão os objetos, a natureza do tempo e o caminho correto utilizando as regras da verdade evitando incitamento ao erro. Tópicos após, conferimos também que as variações da consciência permitem antecipar sensações como na física ou química, pois essas estão incluídas na matemática. A sensação ocupa parte do tempo e possibilita os graus nos fenômenos. Tópicos depois, vimos, por exemplo, como o tempo pode ser conhecido *a priori* e por isso pode ser conhecido completamente. Por fim, vimos como o tempo pode ser usado para discernir a verdade da ilusão.

A proposta aqui elencada foi apresentar a noção de tempo de Kant e como ele foi estruturado de tal modo que evidenciou a sua importância (por exemplo: tempo-matemática; tempo-mecânica; tempo-aritmética); mudou paradigmas e modo de pensamento (saindo do eixo Newton-Leibniz) e conseqüentemente a filosofia do tempo de maneira geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução Manoela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 5º Edição, 2001.

KANT, Immanuel. **Prolegômenos a Toda a Metafísica Futura**: que queira apresentar-se como ciência. Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1988

MURCHO, D., GALVÃO, P., MATEUS, P. **O Debate entre Newton e Leibniz**, 2006. Disponível em:< http://criticanarede.com/cie_sklar.html />. Acessado em: 16 de jul. 2017.